

*Carmina, a garota que derrotou a lepra,*  
de Adilson Vilaça:  
retomada reflexiva do passado  
no espaço de resistência da literatura

---

*Carmina, a garota que derrotou a lepra,*  
by Adilson Vilaça:  
Reflective Resumption of the Past  
in the Space of Literary Resistance

Maria Isolina de Castro Soares\*

## **F**atos e datas ao som de nova música

*Carmina, a garota que derrotou a lepra* (2016), de Adilson Vilaça, traz, logo na folha de rosto, os dizeres: "Inspirado numa história real". Ao final da alentada obra, o autor utiliza um termo da música, coda, para reafirmar que seu romance é uma obra de ficção inspirada em pessoas reais, mas não "[...] o retrato de uma

---

\* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

vida e das tramas que a embalaram” (VILAÇA, 2016, p. 671), já que, por ser arte, a obra recria acontecimentos e atores segundo normas e convenções do discurso literário. Vilaça afirma:

Esta é a história da personagem Carminda, portanto, é ficção imaginada pelo autor. As personagens do romance nem sempre correspondem àquelas que rodearam a vida real da protagonista; tampouco o livro colhe nesta história a inteireza de pessoas e de fatos que tiveram importância na vida da pessoa que inspirou a obra. Os fatos e suas datas também dançam ao som da nova música, porque a arte requer andamento próprio (VILAÇA, 2016, p. 671).

O andamento próprio, que depreende-se também da palavra coda, produz um sentido de fim de uma etapa, uma dança que se encerra, o palco que fecha as cortinas, marcando o fim de histórias de vida que remontam à Galícia Espanhola, de onde a família de Carminda emigrou para o Brasil, e vão até 1975, quando a personagem, já curada da enfermidade que a acometeu, pôde finalmente ter seu filho com ela. O autor ainda acrescenta um posfácio, no qual atualiza as informações sobre a pessoa que inspirou a criação da protagonista, dizendo que em 2016, ano do lançamento da obra, Carminda fez 70 anos de idade.

A obra é composta por 20 capítulos, além da coda e do posfácio, nos quais Vilaça traça a trajetória das famílias Miragaya e Baltar em uma narrativa sinuosa que vai e vem numa temporalidade especial. Essas famílias e outros conterrâneos da Vila do Couto, na Galícia Espanhola, resolveram, na segunda metade do século XIX, “[...] reeditar a conquista da América” (VILAÇA, 2016, p. 17) e embarcaram na aventura para os trópicos.

Os moradores da vila se haviam enfastiado da pobreza e dos contratos de encomenda de morte. Quase todos eram camponeses em terra alheia, mas destacadamente a família Miragaya exercia duplo ofício em tempo incondicional: marceneiros e mercenários. As mortes atraíam vinganças, as cruzes multiplicavam-se, os órfãos eram treinados para matar. Como se caçassem coelhos (VILAÇA, 2016, p. 18).

Confiaram a empreitada da emigração a Ulrico Baltar, cunhado do bisavô paterno de Carminda, porque “[...] além de ser o idealizador do despropósito, ele era desenvolto, aventureiro e alfabetizado” (VILAÇA, 2016, p. 18).

Amores, traições, fugas, assassinatos, nascimentos, mortes são situações que permeiam a saga familiar e dos demais habitantes das comunidades nas quais a trama se desenrola. A longa viagem da Europa ao Brasil, a chegada ao Rio de Janeiro, a quarentena na Ilha Grande, o envio para o Espírito Santo, a localização do grupo em Minas Gerais, a volta ao Espírito Santo e a vida da família nesse estado são espaços nos quais se desenrola a aventura migratória.

Somente no porto de Vitória descobririam que seriam enviados para Viana, no continente, onde havia uma colônia açoriana. Foram muito bem recebidos pelos colonos. Identificaram-se como galegos, sem papas nas línguas. Desde logo deixaram bem claro que pretendiam se internar no país. Os açorianos socorreram-nos com provisões e mapas rústicos, explicação da rota até o rio Doce, e de lá o roteiro que os levaria a Minas Gerais. O mais vizinho estado sem mar! (VILAÇA, 2016, p. 28).

Depois da traumática travessia do Atlântico, o grupo queria mesmo distância do mar. Vovó Maruxa não se cansava de alertar: “[...] Fique longe do mar [...]. O mar é o túmulo dos sonhos!” (VILAÇA, 2016, p. 28). Outras razões também fariam com que a família, posteriormente, continuasse a se internar nas brenhas espírito-santenses, dentre elas a doença que acometeria a matriarca Miragaya anos depois de estabelecidos no Brasil.

## O passado revisitado

*Carminda, a garota que derrotou a lepra*, é, também, uma retomada reflexiva do passado, não só da protagonista, como também de mais de um século de fatos da historiografia oficial do Brasil e, especificamente, do Espírito Santo, estado onde a família Miragaya passou a morar depois que deixou Minas Gerais. Em solo

mineiro, os imigrantes fixaram-se a pouco mais de 100 quilômetros da divisa com o Espírito Santo, na região do Vale do Rio Doce.

Quando alcançou um lugarejo denominado Arraial, distante quase cem quilômetros da margem direita do rio Doce, o grupo seria recebido pelos próceres locais com atilada reserva. Então disseram aos residentes que queriam fincar raízes, que eram trabalhadores e mestres em muitos ofícios, que não se arrependeriam de tê-los como vizinhos. As lideranças da localidade permitiram que acampassem na praça da vila, não se negando a providenciar alguma alimentação.

[...] Dois dias depois o grupo foi guiado por mais dez quilômetros na direção oeste, até um campo plano, à margem do riacho Dábliu, na margem esquerda, onde se estabeleceu que o comboio poderia se arranchar (VILAÇA, 2016, p. 29).

Novo Arraial é o lugarejo que cresce a partir de então e onde as famílias imigrantes vivem grande parte de sua história, desdobrada em eventos que acompanham de perto os fatos da história oficial do Brasil. Sob esse aspecto, o romance de Vilaça estabelece uma estreita relação com a historiografia. A narradora conta sua vida e a da família pontuada com datas, dados e fatos históricos, sendo a primeira notação histórica feita logo à chegada do grupo ao Brasil.

Por questões burocráticas, mesmo após toda a documentação ter sido feita e os passaportes espanhóis terem sido expedidos, a viagem a partir da Espanha sofria entraves que consideraram intransponíveis. Como via alternativa, Ulrico Baltar resolveu, a conselho de um velho marinheiro, que poderiam fazer documentação portuguesa e, assim, terem partida facilitada para o Brasil. O grupo só não contava com a chegada ao Brasil logo após a Proclamação da República:

[...] Vovó se recorda do esforço do capitão Gamaliel em tentar fazer sua carga aceitar que portugueses provisoriamente não eram bem-vindos. Antes de 15 de novembro, data tão vizinha àquele nove de dezembro de 1889, os passaportes de Portugal seriam garantia de menor entrave. Diante das circunstâncias, o grupo iria para a Ilha Grande, onde permaneceria em quarentena sanitária e política enquanto Gamaliel Nazário buscava recurso para salvar seus naufragos (VILAÇA, 2016, p. 27).

Em diversos momentos, Carminda se recorda das condições degradantes em que viviam os negros e da discriminação de que eram vítimas:

Mas recordo muito bem que todos eram negros ou mestiços, descendentes da vexaminosa escravidão que perdurou por tantos séculos no Brasil. Eram filhos e netos da recente abolição. Uma gente na qual não se podia confiar um fiapo de picumã, então advertia minha avó, porque seriam capazes de roubar até mesmo o brilho das estrelas, caso eles pudessem alcançá-las (VILAÇA, 2016, p. 17).

A crise que os cafeicultores sofreram, em decorrência do *crash* da Bolsa de Nova York, em 1929, também afetou o núcleo familiar na ficção de Vilaça, espelho do que aconteceu com aqueles que foram levados à bancarrota pela conjuntura econômica.

[...] Ulrico II escancarou a eloquência. Há muito não se ouvia tanto ímpeto de sua voz, aliás exatamente desde que a aposta malsucedida em grãos de café a preço futuro taramelou a reserva financeira da família no cofre da miséria. A família Baltar perdeu toda a fortuna colhida pelo patriarca na quebra da bolsa de valores norte-americana. De 1929 para 1930, num piscar de olhos, lá se foi a dinheirama que a família amealhou em três décadas (VILAÇA, 2016, p. 37).

Outra crise econômica afeta a vida da família já na segunda metade do século XX, quando condições climáticas desfavoráveis, aliadas à política de erradicação dos cafezais improdutivos, forçam o êxodo daqueles que tinham permanecido no campo.

Porém o ano de 1966, a pouco e pouco, obstinou-se em assumir ares de perversidade. Tio Melchior enviou carta em que noticiava uma seca cruel a dizimar as plantações, além de ter contribuído para grassar doenças fulminantes entre as criações de quintal. Junto com os coelhos, todas as criaturas emplumadas que cacarejavam, grassavam ou glugluavam em torno do engenho sucumbiram. Somente os porcos resistiam, mas os casos de contaminação por tênia solitária entre eles haviam aumentado. O governo decidiu pela erradicação dos cafezais e a colheita já não valia a pena – uma raiz de pé de café merecia maior pagamento do governo do que se recebia por uma saca de café nos armazéns locais (VILAÇA, 2016, p. 645-646).

Um tormento para a avó da narradora, a ditadura Vargas (1930-1945) vem à tona diversas vezes na obra. Vovó Maruxa tinha verdadeira aversão ao ditador, sentimento reforçado pelo médico Dr. Emanuel Justo Mendonça:

Desde 1930 somos governados por uma ditadura, mestre Albano, e as ditaduras estão se espalhando pelo mundo. A Segunda Guerra já começou na Europa. Será uma guerra para acabar com a democracia. E as ditaduras, como o senhor sabe, podem de tudo! No Brasil, haverá internação compulsória de portadores de lepra. Ainda é pior: vão caçar as pessoas como se fossem criminosas. A condenação é a prisão perpétua, é padecer a velhice e a morte longe dos familiares (VILAÇA, 2016, p. 65-66).

Sempre em busca de lugares ermos onde poderia estar a salvo das possíveis denúncias de que a matriarca era portadora da lepra lepromatosa, a família rumou para o extremo noroeste do estado do Espírito Santo, na zona de territórios contestados pelos governos do Espírito Santo e Minas Gerais.

Enfim, numa incerta tarde de março desbravamos nossa nova morada. Meu tio guiou a tropa ao rancho estabelecido na praça da cidade pretensamente livre de Juarana. Como os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo não chegavam a acordo sobre a que bandeira a localidade devia juramento, Juarana jurava dupla fidelidade, ou seja, nenhuma (VILAÇA, 2016, p. 410).

Nessa localidade a família assiste, finalmente, à resolução do impasse territorial, quando o povoado passa a pertencer definitivamente a Minas Gerais.

[...] A 15 de setembro de 1963 os governos dos estados de Minas e do Espírito Santo – respectivamente, encabeçados por José de Magalhães Pinto e por Francisco Lacerda de Aguiar – ratificaram o acordo de fronteira estabelecido havia dez anos. Juarana pulou para o mapa mineiro, mas foi concedida uma moratória de um ano para a retirada dos funcionários e dos serviços públicos do Espírito Santo lotados na cidade (VILAÇA, 2016, p. 546).

O clima político no país era de incerteza. O presidente Jânio da Silva Quadros (1917-1992) havia renunciado em 25 de agosto de 1961 e o vice, João Belchior Marques Goulart (1919-1976), popularmente chamado de Jango, não agradava às forças conservadoras por se posicionar como político de esquerda. Para que

Jango assumisse a presidência, uma emenda parlamentar foi aprovada pelo Congresso Nacional instituindo o parlamentarismo, com previsão de um plebiscito a ser realizado em 1965, para confirmar ou não o novo regime, consulta à população antecipada para 1963. Consciente de sua inserção no processo histórico, Carminda relata:

A 3 de outubro de 1963 eu completei 17 anos. A instabilidade política sobressaltava o País, que desde 6 de janeiro daquele ano havia restaurado o presidencialismo por meio de um plebiscito. O efêmero parlamentarismo brasileiro, que vigorou de 7 de setembro de 1961 ao Dia de Reis de 1963, foi renegado por oitenta por cento dos brasileiros. Tio Melchior angariou duplo motivo para aquele festejo dos Reis Magos: ele era ardoroso defensor do presidente João Goulart e pela primeira vez ele havia conseguido organizar em Juarana uma folia para celebrar os reis Baltazar, Gaspar e Melchior (VILAÇA, 2016, p. 546).

No desenrolar da trama, quando Carminda se casa com Fabrizio Lobosco e o casal se dirige ao Rio de Janeiro para passar a lua de mel, havia barreiras do Exército na estrada, e soldados armados de fuzil revistavam os carros e os viajantes. Após se identificar como filho de um coronel integralista, Fabrizio é liberado, e Carminda pergunta a um oficial o que estava havendo: “– A Revolução! A Revolução Militar! Começamos ontem! – ele informou com o peito estufado. – Já botamos os comunistas para correr! Boa viagem, mais uma vez!” (VILAÇA, 2016, p. 556).

Com eventos que correm passo a passo com a vida de suas personagens, seus risos e tragédias, Vilaça contempla, em seu romance, quase um século de história.

O interesse do romance contemporâneo pelos fatos históricos, reconstituindo-os em sua trama, datam já dos anos de 1960. Felipe Charbel, em reflexão sobre a ficção histórica, afirma que Linda Hutcheon denominou de metaficção historiográfica “[...] uma forma autorreflexiva de literatura que, recorrendo à paródia e à ironia, joga com a natureza provisória e indeterminada do conhecimento histórico” (CHARBEL, 2016, p. 60). O teórico afirma, também, que

a metaficção historiográfica “[...] nada mais é que uma resposta às transformações epistemológicas que abalaram, a partir dos anos 1960, as certezas táticas quanto ao conhecimento histórico e quanto à materialidade extradiscursiva da História” (CHARBEL, 2016, p. 61). Para o autor, a teoria que atendia às características da prosa pós-modernista não mais atende às características das narrativas contemporâneas porque estas obras

[...] embora assumindo um tom autorreflexivo, se pautam pelo desejo manifesto de restituir um grau de estranhamento ao passado, por meio do tratamento ficcional da condição de ser histórico: a historicidade. Em muitos desses romances, o desejo de restauração – que será chamado aqui de *páthos da autenticidade* – se apresenta, na contramão da ficção pós-modernista, como expectativa de tornar presente, ainda que de maneira incompleta e fragmentária, a diferença irreduzível dos eventos históricos pretéritos, proporcionando uma espécie de “experiência substituta” do passado (CHARBEL, 2016, p. 61-62).

A literatura produzida a partir da última década do século XX exige, então, que novas teorias sejam articuladas para compreender a presença da história nessas obras. Charbel identifica algumas das principais tendências contemporâneas para a abordagem ficcional da história nas obras, a começar pelos avanços nos “[...] modos de analisar a sedimentação das estruturas históricas na linguagem [...]” (p. 62), ressaltando a importância das questões relacionadas ao ser. É preciso considerar, também, que

[...] a historicidade – ou seja, o modo como cada sujeito constrói para si uma consciência particular de sua inserção do processo histórico –, passou a constituir um ângulo suficiente à produção discursiva, de caráter não científico mas nem por isso com menos aspiração à verdade, sobre a História. Isso é particularmente forte na literatura de testemunho (CHARBEL, 2016, p. 62-63).

Outras tendências identificadas pelo teórico são uma “[...] demanda insaciável por passado, memória e testemunho, típica das sociedades contemporâneas [...]” (p. 63) e a guinada ética, tão importante para a preservação da memória histórica. Segundo Charbel,

[...] seria possível falar em uma guinada ética tanto na historiografia como nos estudos literários e na prática da literatura, que traz ao primeiro plano a dimensão problemática da figuração ficcional do passado, sem no entanto abrir mão do reconhecimento de que a ficção é uma ferramenta importante no modo como as sociedades prestam contas com o passado (CHARBEL, 2016, p. 63).

Ao retomar o passado, Vilaça dá voz à personagem Carminda, sendo ela a narradora dessa grande obra que apela, sobretudo, para a memória do autor e depoimentos da inspiradora da protagonista para a construção da trama. Nesse misto de inúmeros procedimentos narrativos, o autor também é personagem, o pequeno Odile, filho de Zoraida Miragaya e Owru, o vento, índio krenak batizado como Melchior Krenak de Alencar. Adilson Vilaça e a pessoa que inspirou a personagem narradora são da mesma família e a trama ficcional foi tecida com fios que entrecruzam a vida do autor e a dessa prima, recriada como Carminda. No fim do ano de 1974, Odile vai “[...] em busca de concretizar a obstinação de tornar-se jornalista” (VILAÇA, 2016, p. 664) e Carminda, pouco depois, no início de 1975, é surpreendida pelo sogro, que exige que o neto volte para a casa da mãe, depois de dez anos dela apartado.

As obras de ficção que ressaltam a consciência da inserção do sujeito no processo histórico têm, além de aspirarem à verdade histórica, mesmo que de caráter não científico, um compromisso ético porque podem suscitar a necessidade de se fazer o avivamento, a “[...] recuperação da memória histórica ameaçada de esquecimento [...]” (OLIVEIRA; BARBERENA, 2017, p. 12), e também provocam questões estreitamente relacionadas com o momento político. Dentre essas questões estão os “[...] debates sobre problemas que insistem em assombrar as sociedades contemporâneas, como violência, autoritarismo, segregações, desigualdades e injustiças de toda ordem” (OLIVEIRA; BARBERENA, 2017, p. 11).

Jacques Rancière (2009, p. 57) fala de rastros para se construírem ficções, e a noção de rastro faz com que se reporte a Walter Benjamin, para quem essa noção está relacionada à memória como meio para explorar o passado: “[...] É o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades

estão soterradas” (BENJAMIN, 1995, p. 239). O filósofo utiliza a metáfora da escavação como procedimento para se revolver o passado: “[...] Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava” (BENJAMIN, 1995, p. 239). O que se obtém desse trabalho, no entanto, não pode ser visto apenas como fatos. É preciso que esses fatos levem ao entendimento do que ficou soterrado. Assim o historiador deve proceder na busca de rastros para escrever a história, similar à pessoa que busca na memória reaver eventos do passado, dos quais depreendem-se as informações que o processo de escavação permitiu encontrar nesses rastros.

### **Memórias das memórias**

As primeiras memórias de Carminda, que se confundem com as de sua avó Maruxa Miragaya, são de quando tinha três anos de idade e um grito ressoava em sua mente: “A menina escapuliu! A menina escapuliu! A menina escapuliu!” (VILAÇA, 2016, p. 8).

Essa menina, uma criança aparentando idade de dez a doze anos, era moradora do Pernas-para-Ver, um cortiço existente nas imediações de Novo Arraial, a “bucólica vila mineira” (VILAÇA, 2016, p. 11) onde Carminda nascera, situada no Vale do Rio Doce.

Carminda é o sujeito que busca os fiapos de lembranças para recriar o passado, e sabe que a rememoração da infância, aquela de seus primeiros anos, é “[...] conduzida pela fagulha de algum lampejo, que reverbera obscurecido por uma constelação de vazios” (VILAÇA, 2016, p. 16). Essa atitude lembra o que Walter Benjamin postula na tese VI “Sobre o conceito da história”: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1994, p. 224). Para Benjamin, o historiador deve rejeitar a

concepção de que se pode representar o passado tal como ele aconteceu, porque estará apenas confirmando uma visão positivista da história de que é possível reconstituir os fatos numa sequência de progresso da humanidade. Não como historiadora, mas com o compromisso de resgatar a história de sua família e de sua experiência em leprosários, Carminda cria um discurso a partir de fatos que relampejam no presente e possibilitam a ela articular o passado, numa seleção que, até determinada idade, faz-se a partir das narrativas da avó, Maruxa Miragaya:

Recordo-me bem, mas não porque visualmente tenha visto qualquer derradeiro suspiro de quaisquer daquelas bolhinhas, muito menos porque tenha testemunhado a toda perplexidade da cena e a preservado nalgum desvão da memória. [...] Eu era apenas uma garotinha que dormia no berço lavado pelo meu tio-avô Uziel Miragaya, ali no quarto do lado, quem sabe protegida por algum sonho infantil (VILAÇA, 2016, p. 16).

Nessa fase de sua narrativa, Carminda é uma testemunha solidária. Para Jeanne Marie Gagnebin,

[...] testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, o *histor* de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro [...] (GAGNEBIN, 2009, p. 57).

Ela ouve as narrativas da avó e passa adiante a história da saga familiar “[...] com tons de uma odisseia ao avesso desde quando seu núcleo se agregou a um grupo determinado a deixar a Galícia Espanhola [...]” (VILAÇA, 2016, p. 17).

Testemunha direta dos eventos que narra é a avó, que desfiava “[...] a prolixa história da família” (VILAÇA, 2016, p. 17) nos momentos em que, munida de uma escova, penteava os cabelos da neta e não admitia contestação ou questionamentos. Carminda, então, seguia um dos inúmeros conselhos da matriarca: “[...] língua que coça o céu da boca não corre o risco de cutucar quem deseja sossego” (p. 10). Assim, ela se lembra, através da memória da avó, de

peçoas e fatos de que nunca teria tomado conhecimento não fosse esse seu dom de ouvir sem contestar: “[...] eu aprendi muito bem a lição de coçar o céu da boca com a língua. Porque a melhor forma de estimular vovó Maruxa a lembrar-se de sua ruidosa família era fazer uso ativo de meu silêncio. E ouvir” (p. 15).

As “bolhinhas” e a “perplexidade da cena” de que a menina se lembra “mas não porque visualmente tenha visto” fazem parte da encenação grotesca do tio-avô Uziel Miragaya acontecida na manhã posterior à noite do velório dos pais de Carminda e do tio Florián; os homens morreram assassinados e a mãe da menina não resistiu à morte do marido, sucumbindo à arritmia cardíaca, “[...] doença atávica preservada em incerto matrimônio ancestral e guardada no congênito baú familiar” (VILAÇA, 2016, p. 10).

Uziel tinha hábito de tomar chá de erva-cidreira com bicarbonato como antiácido. Às vezes, o antiácido era consumido seco mesmo, às porções, e o velho senhor se comprazia em provocar nojo na plateia, com as bolhas de espuma branca saindo pela dentadura ou pelas gengivas nuas, enquanto forjava risadas com os dentes na concha das mãos. Na sala do velório, ao aparecer com a chaleira e o pó branco, Uziel simula mais uma de suas pantomimas; o pó, no entanto, era formicida, e ele diz isso para a plateia, que acreditou ser o dito uma piada, e ri, apesar da vigilância exasperada de vovó Maruxa em momento tão pungente, com três mortos sendo velados. Então

Uziel tombou ao rés do chão, o chapéu desalentado a seu lado, o olhar travado nalguma fresta do teto, a boca espumando, enquanto tudo se convertia em expectativa sob as telhas apreensivamente emparelhadas. [...] foi o suicídio público perfeito. Uziel Miragaya, meu tio-avô, decidira juntar-se aos meus pais e ao tio Florián. Com algum retardo juntava-se igualmente a seu irmão imediatamente mais novo, o vovô Albano, que me deixou quando eu ainda era bebê (VILAÇA, 2016, p. 14-15).

A velha senhora não se cansava de contar essa e muitas outras histórias. Seu marido, Albano, deixava à esposa a tarefa de preservar as lembranças familiares.

A ela cabia a última palavra, na qual o marido acreditava piamente, apesar de o cunhado Uziel dizer que “[...] quando Maruxa não se recordava, invariavelmente ela recorria a seu fabuloso dom de fantasiar” (VILAÇA, 2016, p. 67).

Suas recordações, assim como as do narrador benjaminiano, eram fruto de experiências de vida, sendo fato importante suas viagens. Primeiro, a travessia do Atlântico, rumo ao Brasil, “[...] terra tropical desprovida do monstro do inverno que anualmente os consumia” (VILAÇA, 2016, p. 18-19) no país europeu. Essa travessia, cheia de atropelos, foi feita no navio Isabella II, embarcação que “[...] sofrera algum esconjuro proferido por antigos e desconhecidos deuses africanos” (VILAÇA, 2016, p. 22), o que fez com que se tornasse “[...] para sempre um navio condenado pelo crime de traficar seres humanos” (VILAÇA, 2016, p. 23). O capitão Gamaliel Nazário mudara de ramo de negócios para cumprir a legislação, que condenava o tráfico de pessoas, e passara à demanda da emigração, principalmente de italianos em direção ao Brasil.

Depois da travessia, “[...] que beirou perto de noventa dias desde a cidade do Porto” (VILAÇA, 2016, p. 23), os vários deslocamentos da família acrescentaram inúmeras histórias à vida viajante de vovó Maruxa no seu “extraviado rumo” de pessoa portadora da melindrosa:

Seu vaivém ou rodopiar convulsionado ajustava-se ao cômodo no qual estávamos. Ou mais amplamente, acondicionava-se ao casebre em que morávamos, sabe-se lá em que perdida vila, em que extraviado rumo, porque grande parte da minha infância seria embalada pela estada fugaz própria dos nômades (VILAÇA, 2016, p. 25).

Em meio à vida errante, salpicam-se momentos de estada em diferentes lugares, sempre fugindo da possibilidade de aprisionamento da matriarca em leprosário. Para a posteridade, ficou a “[...] recorrente e copiosa narrativa” (VILAÇA, 2016, p. 17) da avó analfabeta, que a neta passa adiante.

Não me recordo do rosto de meu pai, nem sequer me aconchegam o tato e o cheiro de minha mãe. Tudo se perdeu num imenso buraco,

numa cova coletiva do destempo. Quem me salvou da escuridão do esquecimento foi vovó Maruxa, que repetidamente relembra a história familiar, passo a passo, grão a grão, bolinha a bolinha (VILAÇA, 2016, p. 16).

Por serem orais e fruto da vivência, as narrativas da matriarca espelham as que Walter Benjamin teorizou em dois arquétipos de narrador:

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos. Entre estes, existem dois grupos, que se interpenetram de múltiplas maneiras. A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos. “Quem viaja tem muito que contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições. Se quisermos concretizar esses dois grupos através dos seus representantes arcaicos, podemos dizer que um é exemplificado pelo camponês sedentário, e outro pelo marinheiro comerciante (BENJAMIN, 1994, p. 198-199).

Dona Maruxa Miragaya reproduz, por suas inumeráveis e recorrentes histórias, os arquétipos benjaminianos do narrador tradicional, e assim traça a saga familiar. Muitos anos depois, Carminha haveria de repetir essas histórias, acrescidas de outras que sucederam à morte da velha senhora, figura presente na narrativa da neta mesmo depois de passado tanto tempo: “Entre o corredor e a porta do meu quarto eu pude ouvir com nitidez a voz de vovó Maruxa a me lembrar a longa história de nossa família, de minha vida” (VILAÇA, 2016, p. 667).

### **O testemunho da exclusão institucionalizada**

A história da família Miragaya e a da vida de Carminda se embaralham desde o nascimento da narradora, pois, com a morte precoce dos pais, a menina passa a ser criada pela avó que, desde provavelmente 1939 – “A Segunda Guerra já começou na Europa” (VILAÇA, 2016, p. 65) – recebera o diagnóstico de ser portadora da lepra:

No dia em que vovó Maruxa recebeu do doutor Emanuel Justo Mendonça a bula com o diagnóstico de sua doença ela sentiu o mundo desmoronar a seu redor. Aquela foi a única ocasião em que se sentiu traída por Albano Miragaya. Ele a forçara a realizar a viagem até o patíbulo em Resplendor. Aliás, toda a família ofertou injunções para seu embarque no maldito trem que a conduziria até o patíbulo. Vovó Maruxa rememorava que durante toda a viagem pressentiu ser sua condição a mesma que a de um réu compelido a partir ao encontro de um juiz impiedoso para se submeter ao martírio de sua sentença.

– Não há cura. A senhora tem de se resignar (VILAÇA, 2016, p. 64).

O uso da palavra “patíbulo” traduz muito bem a condição de condenado que o diagnóstico de portador de lepra significava. No Brasil do século XIX e da primeira metade do século XX, as denúncias de maus tratos aos doentes internados compulsoriamente eram frequentes e mesmo o internamento compulsório era motivo de divergências entre os especialistas.

O isolamento compulsório dividia a opinião médica. Para muitos, era ineficaz como método de prevenção e tratamento. No Brasil, desde os tempos da monarquia, eram abundantes os relatórios e documentos que ilustravam a situação deplorável à qual estavam submetidos os doentes nos hospitais, leprosários e dispensários, em vários estados brasileiros (CASTRO SANTOS; FARIA; MENEZES, 2008, p. 170-171).

O médico aconselha o casal a ser discreto quanto à doença, utilizando em casa os remédios paliativos que ele receitaria e cuidando para que o núcleo familiar se resguardasse da contaminação. E frisa que a higiene era essencial à não disseminação da doença, apesar de não se saber ao certo como era essa disseminação. O doutor era uma dessas vozes contrárias à internação, mas, dada a legislação do país quanto ao problema, não podia se manifestar publicamente.

A notificação compulsória da hanseníase foi reafirmada, em 1923, pelo Decreto n. 16.300, de 31 de dezembro, artigo 445, inciso X, do Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública. Essa legislação tornava obrigatória a notificação de outras doenças, além do mal de Hansen, tais como febre amarela, peste, cólera, tifo, varíola, alastrim, tuberculose, tracoma, leishmaniose e impaludismo. De acordo com o artigo 447, o médico que infringisse as disposições seria declarado suspeito pelo Departamento Nacional de Saúde Pública, sendo todos os doentes por ele visitados sujeitos à verificação por parte da autoridade sanitária. O artigo 448 previa multa de 100\$ a 500\$, dobrada nas reincidências, aos que deixassem de fazer as notificações

exigidas pelo regulamento (CASTRO SANTOS; FARIA; MENEZES, 2008, p. 169).

O doutor Emanuel Justo Mendonça cita, inclusive, a Colônia de Santa Izabel, localizada em Betim, Minas Gerais, instando a Albano que não levasse sua esposa para lá, pois não havia tratamento para a doença e tudo que poderiam realizar na colônia eram práticas experimentais sem qualquer comprovação científica. Era um local de confinamento de onde só saíam com a morte (VILAÇA, 2016, p. 65).

De 1930 a 1935, foram sendo construídas as bases, pelo Serviço Nacional de Lepra (SNL), para a implantação do isolamento compulsório no Brasil, com vários médicos cursando especialização no assunto em universidades brasileiras. Em 28 de dezembro de 1935, foi publicado o Decreto nº 7.117, do Serviço de Profilaxia do Espírito Santo, “[...] tornando obrigatória a internação dos leprosos contagiantes, o tratamento e vigilância dos não contagiantes e o reexame dos comunicantes, atendendo recomendação do SNL, apesar de a regulamentação final ocorrer somente em abril de 1941” (SANTOS NEVES, 2002). No âmbito federal,

Nos anos 40, os processos de centralização política e administrativa se aceleraram sob o comando-maior de Vargas, no interior do Ministério Capanema, entre 1934 e 1945. [...] A legislação federal sobre lepra era, então, a que constava no Regulamento do antigo Departamento Nacional de Saúde Pública, aprovado pelo Decreto n. 16.300 de 1923, conhecido como reforma Carlos Chagas. Posteriormente, fizeram-se modificações importantes na organização da saúde pública federal, não havendo, entretanto, na parte referente à regulamentação da lepra, atualização legislativa substancial (CASTRO SANTOS; FARIA; MENEZES, 2008, p.183).

A Lei nº 610, que fixava as normas para a profilaxia da lepra em âmbito nacional, seria publicada em 13 de janeiro de 1949, no governo do presidente Eurico Gaspar Dutra. Os doentes, em muitos estados, no entanto, já viviam em leprosários. No Espírito Santo, o Leprosário de Itanhenga foi inaugurado em 1937, mas, desde os anos de 1920, outros locais de isolamento já assombravam os acometidos pela lepra, como o Hospital de Isolamento da Ilha da Pólvora,

construído em 1925 e o asilo de emergência na ilha da Cal, em 1932, ambos na baía de Vitória.

Maruxa Miragaya passa a conviver com a doença, seguindo as recomendações do doutor Mendonça e voltando regularmente para as consultas, ocasião em que conversava longamente sobre política com o médico, que era filiado ao Partido Comunista do Brasil. No período anterior à eleição de Getúlio Vargas à presidência do Brasil, com o Partido Comunista de novo na clandestinidade, Maruxa pergunta ao médico: “O senhor sabia que Getúlio Vargas quer voltar a governar o Brasil?” (VILAÇA, 2016, p. 263). Como a resposta do médico fosse positiva, a velha senhora insiste: “– O senhor acredita mesmo que eles vão organizar uma ampla faxina?” (p. 263). A resposta do médico não é nada animadora:

Se ele voltar ao governo nos braços do povo, eu acredito que sim – aquiesceu o camarada Mendonça. – Sua milícia de barnabés, de funcionários públicos nomeados para gerenciar os mais distantes lugarejos semeados pelos confins, será tomada por uma euforia de perseguição. Eles não se cansam de sonhar com a eugenia! Por isso, o primeiro passo de sua política é higienizar a qualquer custo. Com certeza irão se lançar contra os leprosos, doentes mentais, tuberculosos e aleijados de maior ou menor grau. Para os três primeiros casos, o governo vai acelerar os depósitos próprios para administrar suas mortandades. Os aleijados, por enquanto, eu sei apenas que se planeja confiná-los em suas casas. Caso saiam às ruas, serão tocados a pedradas. Principalmente nas vilas ermas. Mas, nesses locais distantes, uma pessoa com seu tipo de melindrosa ainda poderá passar despercebida (VILAÇA, 2016, p. 264).

As pesquisas sociológicas e historiográficas constataam que a preocupação do Dr. Mendonça se sustentava em conhecimento não só da linha política do governo como também das teorias de “melhoramento da raça” que se disseminaram a partir do século XIX. Castro Santos, Faria e Menezes (2008) afirmam:

Era frequente, até as primeiras décadas do Brasil republicano, o cenário de famílias inteiras de leprosos, como ciganos errantes por estradas e cidades, sobrevivendo ao descaso das autoridades sanitárias diante da exclusão e do estigma. As questões da nacionalidade, às quais se associavam o “problema da raça” e o “melhoramento eugênico”, passaram a demandar a eliminação da mancha da hanseníase no Brasil republicano. Após o descaso sobreveio a punição institucional: além do

estigma, os doentes ressurgiram então como corpos policiados, vítimas de políticas de institucionalização quase sempre cruéis (p. 169).

A construção de leprosários e o internamento compulsório passaram a ser a solução institucional para um problema de saúde pública sobre o qual as autoridades sanitárias não tinham controle. Essas instituições afastavam os doentes do convívio com os não doentes, mas a internação não significava cura, porque não havia medicação eficaz contra esse mal. Os internos eram submetidos a experiências com drogas que não tinham qualquer efeito benéfico sobre a doença. No Brasil, a quimioterapia pelo uso de um fármaco do grupo das sulfonas foi formalizado pelo governo Juscelino Kubitschek de Oliveira em 1959, na Campanha Nacional contra a Lepra (SANTOS NEVES, 2002). Somente em 1985 a Organização Mundial de Saúde (OMS) estabeleceu as diretrizes para o uso da Poli-quimioterapia (PQT), um tratamento que associa três medicamentos: rifampicina, dapsona e clofazimina. Na segunda metade da década de 1980 ações efetivas de combate e controle da hanseníase foram implantadas no Espírito Santo, com a administração de PQT a partir de 1987 (SANTOS NEVES, 2002).

O fim do isolamento compulsório no Brasil se deu, na letra da lei, pelo Decreto nº 968, de 1962, o que, na prática, não ocorreu de forma sistemática, “[...] já que ele ainda era considerado uma medida necessária pelo Estado e de legitimidade reconhecida pela sociedade” (ARAÚJO, 2021). O Art. 1º, item II, parágrafo único desse decreto, determina: “No combate à endemia leprótica será, sempre que possível, evitada a aplicação de medidas que impliquem na (sic) quebra da unidade familiar, no (sic) desajustamento ocupacional e na (sic) criação de outros problemas sociais” (BRASIL, 1962).

A ressalva “sempre que possível” já sinaliza para a continuidade de práticas de violência contra os acometidos pela lepra, situação que muitas vezes era requerida pela família dos doentes, por ignorância ou por falta de suporte médico nos rincões do Brasil. O que a matriarca Miragaya tenta, a partir dos conselhos de seu médico, é passar despercebida, escondendo mãos e pernas e afastando-

se cada vez mais dos núcleos populacionais para fugir à busca sistemática que o governo fazia para colocar os doentes em leprosários.

– Evite conversar sobre isso, principalmente com estranhos. Sua esposa deve ficar em casa; em público, ela deve proteger as mãos e a pequena ferida na perna. Assim como dona Maruxa já faz, com vestimentas que cobrem até o tornozelo. A receita que eu vou passar é para mitigar os sintomas. Mas acrescento: higiene! Troque sempre a bandagem da ferida, passe o unguento todos os dias. As bandagens para cobrir o “machucado” podem ser de retalhos de saco branco, depois de bem fervidos. Ela deve enxugar sempre as mãos com o pó que eu vou receitar, qualquer boticário pode aviar. Vai diminuir essa sudorese que a incomoda. Nada disso vai curar a doença, como já disse. Estamos compreendidos? (VILAÇA, 2016, p. 66).

Assim, após a eleição presidencial de 1950, Maruxa Miragaya, levando a neta Carminda, deixa Novo Arraial e segue sob a guarda do filho caçula Estevo para novas paragens. Com a mudança acomodada no lombo de burros, o grupo parte num carroção na rota de Ribeirinho, um povoado bem distante, situado no extremo noroeste do estado do Espírito Santo. Daí a algum tempo avançam um pouco mais em direção à Zona do Contestado e estabelecem-se em Juarana, lugarejo onde havia escola para Carminda.

Juarana é um lugar próspero onde, em março de 1963, é inaugurada uma Casa de Saúde. Lá, Carminda, com 16 anos, começa a trabalhar como enfermeira. Em pouco tempo, casa-se com um dos médicos, Dr. Fabrizio Lobosco. Logo depois de casada, Carminda apresenta os primeiros sinais da lepra. Sua avó havia falecido pouco antes, sem saber que a neta fora contaminada pela melindrosa.

### **Elaborar o passado**

Jeanne Marie Gagnebin, no artigo “O que significa elaborar o passado?”, reporta-se aos ensaios de Adorno sobre a Shoah e seus horrores, sobre a “[...] necessidade de não se esquecer Auschwitz” (GAGNEBIN, 2009, p. 99). A filósofa insiste no sentido da expressão *não esquecer*, diferente de *lembrar*, palavra

associada a comemorações, atos cívicos, homenagens solenes. O ato de não esquecer ativa a necessidade de ter sempre, no presente, o compromisso com o dever de memória, que implica o esclarecimento do passado, o desejo racional de entender e superar a violência de que se foi vítima:

A mim me parece muito mais que o consciente nunca pode trazer consigo tanto desastre como o semi e o pré-consciente. O que, sem dúvida, importa realmente é a maneira pela qual o passado é tornado presente; se se permanece na mera recriminação ou se se resiste ao horror através da força de ainda compreender o incompreensível (ADORNO, apud GAGNEBIN, 2009, p. 102).

A mulher que inspirou a personagem Carminda resistiu por muitas décadas a lembrar o passado e a falar sobre ele. A retomada dos fatos que a levaram a duas internações em leprosários era dolorosa e não conseguia verbalizar sobre as lembranças e vencer a barreira que a mantinha prisioneira do trauma provocado pelas situações de dor pelas quais passara. Um primeiro passo fora dado quando Carminda teve seu filho de volta:

– Mãe, você vai me mandar embora de novo?  
– Eu nunca mandei você embora. Você ficará aqui para sempre. Ou até quando quiser.  
– Por que você não me queria aqui antes?  
– Eu sempre quis você aqui. Quem afastou você de mim achava que estava fazendo o seu bem. Mas isto é uma longa história, que algum dia eu contarei a você. O importante é que você está de volta, a tempo de comemorar em casa seu aniversário de dez anos. Agora, durma! (VILAÇA, 2016, p. 666).

A longa história que Carminda promete contar ao filho precisará, no entanto, vencer a mudez traumática para se dar à luz. Segundo Gagnebin, “O *trauma* é a ferida aberta na alma, ou no corpo, por acontecimentos violentos, recalcados ou não, mas que não conseguem ser elaborados simbolicamente, em particular sob a forma de palavra, pelo sujeito” (2009, p. 110). Muito tempo depois dos acontecimentos que a marcaram, a mulher que inspirou a personagem conseguiu vencer o pacto de silêncio e permitiu que sua dor fosse transformada em literatura.

[...] A literatura está na vanguarda da linguagem: ela nos ensina a jogar com o simbólico, com as suas fraquezas e artimanhas. Ela é *marcada* pelo "real" – e busca caminhos que levem a ele, procura estabelecer vasos comunicantes com ele. Ela nos fala da vida e da morte que está no seu centro, [...] de um visível que não percebemos no nosso estado de vigília e de constante *Angst* (angústia), diante do pavor do contato com as catástrofes externas e internas (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 74).

Seligmann-Silva utiliza as aspas para reforçar que o real traumático não deve ser confundido com a realidade, como era entendida na literatura do final do século XIX. "O 'real' que nos interessa aqui deve ser compreendido na chave freudiana do *trauma*, de um evento que justamente resiste à representação" (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 373).

Com a escrita literária, o inapreensível pode ser assimilado, pode ter uma forma, uma vez que, com o jogo simbólico, é possível quebrar a resistência à representação do evento traumático.

A minha gravidez foi assombrada por súbita angústia. Os acessos de tosse instalaram-se desde a noite do velório de vovó Maruxa. Quase sempre as crises anunciavam-se macias e de curta duração, sendo diagnosticadas como resfriado advindo da exposição ao sereno. Mas as bolhas desfraldaram o susto. Não havia como ignorá-las ou atribuí-las a mal decorrente de contemplação na varanda. Elas assaltaram meus tornozelos e sobressaltaram os braços, logo abaixo do ombro. De chofre a minha vida brotava para outra dimensão da existência. As erupções em meu corpo lançavam-me em um universo conturbado sobre o qual, assim como o pistoleiro ou o soldado que se recusa a falar de sua ação, paira um pacto de silêncio (VILAÇA, 2016, p. 578).

Carminda é agora não mais apenas a testemunha solidária que passa adiante as histórias da avó, mas a testemunha por excelência, aquela que sobreviveu para narrar os horrores pelos quais passou. Wilberth Salgueiro (2012) especifica:

Testemunha é a pessoa. [...] A testemunha, por excelência, é aquela que viveu a experiência, é um *supérstite* (*superstes*) – sobrevivente. Há, naturalmente, outros graus de testemunha: há o *testis*, que se põe como *terstis* (terceiro) – que presenciou, que viu, que "testemunhou". E há, com o alargamento dos estudos de testemunho, a consideração da testemunha solidária [...] (p. 284-285).

Passando de testemunha solidária a sobrevivente, a narradora expõe os horrores pelos quais passou, como também o que viu em sua luta contra a lepra.

Confirmado o diagnóstico, a jovem não aceita interromper a gravidez, mas se submete à internação. Como era esposa de médico, os colegas de Fabrizio a colocam no leprosário sem fazerem o registro oficial de sua entrada, porque, se o fizessem, ela não poderia sair.

A Colônia de Itanhenga localizava-se no município de Cariacica, estabelecido no continente a uma remada da ilha de Vitória. [...] A área abrangia mil e duzentos hectares. Quinze quilômetros de arame farpado segregavam-na de propriedades vizinhas. O terreno elevava-se a oitenta metros do nível do mar e abrigava também uma colônia agrícola e preventório, para onde eram levadas as crianças nascidas no leprosário. [...] A 11 de abril de 1937 a zona de segregação foi inaugurada, portanto no período ditatorial de Getúlio Vargas e na vigência do governo local designado ao capitão João Punaro Bley. Em toda a área ponteavam sessenta e cinco edifícios novos (VILAÇA, 2016, p. 585).

As mutilações, os sonhos interrompidos, a cruel realidade da colônia é o mundo do qual Carminda passa a fazer parte. No trabalho voluntário com os doentes, destaca-se o de irmã Anunciata:

Conheci, por fim, a irmã Anunciata. No pavilhão em que a encontramos ela ajudava na alimentação de alguns pacientes que haviam perdido as mãos. Quase todos apresentavam o rosto deformado, com sérias implicações na região da boca, o que os restringia a se alimentarem apenas com sopa e, para alguns, comida pastosa. A irmã Anunciata cuidava pacientemente de ampará-los para que se alimentassem por conta própria, de tal modo diligentemente atando o talher recomendado à ponta do antebraço do paciente (VILAÇA, 2016, p. 588).

Uma das internas, que posteriormente Carminda fica sabendo que era a menina que fugira do Pernas-para-Ver, “[...] já não tinha as mãos e perdera uma perna. Estava cega – a irmã insinuou que a cegueira poderia ser resultado dos testes de medicamentos, dos quais ela sempre participava como voluntária” (VILAÇA, 2016, p. 591-592).

A nova interna interessa-se por ler os escritos sobre a colônia. Dentre esses documentos, *A lepra no Espírito Santo e sua profylaxia – a Colônia de Itanhenga: Leprosário modelo*, obra publicada em 1942 pelo Dr. Heráclides César de Souza-Araujo, filiado ao Centro Internacional de Leprologia, traz fotos, dados, discursos feitos na inauguração da colônia, inúmeras informações sobre o espaço e suas construções. O que mais impressiona Carminda, no entanto, são os discursos oficiais. O capitão João Punaro Bley (1900-1983), interventor de Vargas no Espírito Santo, afirmou, em discurso na inauguração da colônia: “Em 31 de dezembro de 1935 mais leprosos foram encontrados e o seu número acabrunhante chegou a 595, o que não foi ainda o fim dessa escala tétrica” (BLEY, apud VILAÇA, 2016, p. 593). O capitão continua sua preleção, expondo o objetivo “[...] humanitário de sanear todo o território espírito-santense dessa enfermidade apavorante, fichando-lhe, em breve tempo, o último lazarento” (BLEY, apud VILAÇA, 2016, p. 593).

Gustavo Capanema (1900-1985), Ministro da Educação e Saúde (1934-1945), representando Vargas na inauguração da colônia, declara, em abril de 1937, às vésperas da instauração do Estado Novo:

Pode-se, porém, assegurar que foi com o advento da Revolução que se iniciou em todo país, combate seguro, completo, sistemático, contra a lepra. [...] na esfera federal, o preclaro presidente Getúlio Vargas resolveu empreender, com método e intensidade, a campanha decisiva (CAPANEMA, apud VILAÇA, 2016, p. 593).

Prestes a completar dois meses na colônia, o sogro de Carminda exige que o filho a retire daquele lugar. Em Juarana, Carminda dá à luz em 22 de fevereiro de 1965, e seu filho nasce perfeito, apesar dos remédios que tomara para controlar a tuberculose e tentar vencer a lepra. Após o parto, no entanto, a doença recrudescer:

As bolhas semeadas em meus braços e tornozelos afrontavam-me com a petulância do inimigo sem compaixão, e demarcavam a minha pele como território minado prestes a ser derruído. A cadência da lepra é

uma rapsódia regida por um desconcerto desafinado (VILAÇA, 2016, p. 616).

O filho é entregue aos cuidados de uma tia, irmã de Fabrizio, e Carminda vai para o Hospital dos Lázaros em São Cristóvão, Rio de Janeiro, onde os médicos da Colônia de Itanhenga afirmam que o tratamento estava mais avançado e onde, “[...] graças aos resultados obtidos, já aboliram a prática do confinamento perpétuo” (VILAÇA, 2016, p. 615).

Carminda permanece por seis meses no Hospital Frei Antônio, nome do Lazareto de São Cristóvão desde a década de 1940. Recebe alta com a promessa de ficar um ano em confinamento domiciliar e seguir as prescrições dos médicos, fazendo uso dos novos medicamentos contra o mal. A partir de 1973, deixa de apresentar os sintomas da lepra, sendo considerada curada.

## Luto

*Carminda, a garota que derrotou a lepra*, é uma obra de ficção que traz o registro da memória da narradora como um meio de reapresentação do passado, tanto individual quanto coletivo, como lugar de memória dessa mulher e de outras personagens. Voltando à metáfora da escavação de Walter Benjamin, aquele que escava

[...] não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois “fatos” nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. Ou seja, as imagens que, desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento tardio, igual a torsos na galeria do colecionador (BENJAMIN, 1995, p. 239).

Revolvendo o passado, escavando no turbilhão de acontecimentos que desde criança a narradora conhece a partir da narrativa da avó, Carminda realiza, também, um trabalho de luto pela palavra, pela apresentação simbólica desse

passado, tarefa que possibilitou que acontecimentos trágicos não caíssem no esquecimento. Ao verbalizar situações de exceção, de perseguição, de discriminação, de vigilância e punição dos corpos afetados pela lepra, a personagem narradora expõe uma ferida que esteve aberta até há bem pouco tempo, no Brasil.

Seligmann-Silva discorre sobre vários autores que teorizaram sobre trauma e ressalta a necessidade de se dar testemunho desses eventos, mesmo que esse testemunho se dê “[...] dentro do *double bind*<sup>1</sup> da necessidade e da impossibilidade” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 71). Cita Dori Laub, psiquiatra e psicanalista sobrevivente da *Shoah*, para quem

Existe em cada sobrevivente uma necessidade imperativa de *contar* e portanto de *conhecer* a sua própria história, desimpedido dos fantasmas do passado contra os quais temos de nos proteger. Devemos conhecer a nossa verdade enterrada para podermos viver as nossas vidas (LAUB, 1995, p. 63 *apud* SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 70).

Como sobrevivente de leprosário, onde conviveu com os horrores das experiências que levaram a deformidades, aliadas àquelas desencadeadas pela doença, Carminda pôde seguir em frente, desvencilhando-se da experiência traumática. O reconhecimento social, histórico e jurídico das iniquidades praticadas contra grupos é também um ponto importante na realização do trabalho de luto. No Brasil, a Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007, dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (BRASIL, 2022). A narradora teve esse reconhecimento e recebe mensalmente pensão pelo tempo em que esteve internada no Hospital dos Lázaros.

---

<sup>1</sup> *Double bind*: a difficult situation in which, whatever action you decide to take, you cannot escape unpleasant results (uma situação difícil em que, qualquer ação que você decida tomar, não pode escapar de resultados desagradáveis). (CAMBRIDGE, 1999-)

*Carmina, a garota que derrotou a lepra*, é também testemunho de uma época e, como tal, torna-se um importante documento histórico e um compromisso ético da ficção com um passado que, muitas vezes, a história oficial não conta ou faz mesmo questão de esquecer. A literatura torna-se, assim, um espaço de resistência e, quem sabe, um instrumento para se enfrentar o presente.

## Referências

ARAÚJO, Marcelo Grossi et al. *Divisor de águas: a marca da internação compulsória na vida de sujeitos acometidos pela hanseníase*. Disponível em: <<http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/2138>>. Acesso em: 25 set. 2021.

BENJAMIN, Walter. Escavando e recordando. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas. Rua de mão única*. Tradução de Rubens R. Torres Filho e José Carlos M. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. v. 2. p. 239-240.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1. p. 222-232.

BRASIL. *Lei 11.520/2007*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/lei/l11520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11520.htm)>. Acesso em: 01 mar. 2022.

BRASIL. *Decreto do Conselho de Ministro nº 968 de 07/05/1962*. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/374075>>. Acesso em: 25 set. 2021. [1962]

CASTRO SANTOS, L. A. de; FARIA, L.; MENEZES, R. F. Contrapontos da história da hanseníase no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos da População*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 167-190, jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/5sNVw3yHXpNMPMX6bwP5phm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25 set. 2021. [2008]

CHARBEL, Felipe. A ficção histórica e as transformações do romance contemporâneo. In: \_\_\_\_\_. GUSMÃO, Henrique Buarque de; MELLO, Luiza Laranjeira da Silva (Org.). *As formas do romance: estudos sobre a historicidade da literatura*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2016. p. 55-68.

CAMBRIDGE Dictionary. Double bind. In: \_\_\_\_\_. Cambridge: Cambridge University, 1999-. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/double-bind>>. Acesso em: 5 mar. 2022.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

OLIVEIRA, Rejane Pivetta de; BARBERENA, Ricardo Araújo. Literatura e ética: notas para um diálogo que não se acaba. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 51, p. 11-21, maio/ago. 2017.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução de Mônica Costa Netto. 2. ed. São Paulo: EXO Experimental, 2009.

SALGUEIRO, Wilberth. O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André du Rap). *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 31, jul./dez. 2012, p. 284-303.

SANTOS NEVES, Maria Clara Medeiros. *Dermatologia sanitária no Espírito Santo*. [2002] Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br/2016/01/a-dermatologia-sanitaria-foi-uma.html>>. Acesso em: 22 set. 2021.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Ed. 34, 2005.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o "real". In: \_\_\_\_\_ (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Edunicamp, 2003. p. 371-385.

VILAÇA, Adilson. *Carmina, a garota que derrotou a lepra*. Lisboa: Chiado, 2016.

RESUMO: Inspirado em uma história real, *Carmina, a garota que derrotou a lepra*, de Adilson Vilaça (2016), narra a trajetória das famílias Miragaya e Baltar desde o sonho de embarcar "rumo à terra da promessa", saindo da Galícia, na Espanha, até a Zona do Contestado, entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais. A retomada do passado familiar em estreita relação com a história política e social do nosso país, a perseguição governamental a pessoas acometidas pela lepra, a ferida traumática e o trabalho de luto propiciado pela literatura se entrelaçam na narrativa em primeira pessoa da personagem Carmina. O objetivo deste artigo é analisar a obra, fundamentando os temas ressaltados em teóricos, com destaque para Walter Benjamin, Márcio Seligmann-Silva, Jeanne Marie Gagnebin e Felipe Charbel. Dessa análise, avulta o compromisso do texto vilaciano com o testemunho de situações históricas de violência, autoritarismo, segregação.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura e História. Literatura e testemunho. Adilson Vilaça - *Carmina, a garota que derrotou a lepra*. Imigração – Tema literário. Trauma – Tema literário. Luto – Tema literário.

ABSTRACT: Inspired by a true story, *Carmina, a garota que derrotou a lepra*, by Adilson Vilaça (2016), narrates the trajectory of the Miragaya and Baltar families since their dream of embarking "towards the land of promise", leaving Galicia, in Spain, towards the Contestado Zone, between the states of Espírito Santo and Minas Gerais. The resumption of the family past in close relationship with the political and social history of our country, the governmental persecution of people affected by leprosy, the traumatic wound and the mourning provided by literature are intertwined in the first-person narrative of the character

Carminda. This paper's objective is to analyze Vilaça's work in light of pertinent theoretical foundations, with emphasis on Walter Benjamin, Márcio Seligmann-Silva, Jeanne Marie Gagnebin and Felipe Charbel. From this analysis, the Vilacian text's commitment to the testimony of historical situations of violence, authoritarianism and segregation stands out.

KEYWORDS: Literature and History. Literature and Testimony. Adilson Vilaça - *Carminda, a garota que derrotou a lepra*. Immigration – Literary Theme. Trauma – Literary Theme. Grief – Literary Theme.

Recebido em: 6 de março de 2022.  
Aprovado em: 6 de junho de 2022.